



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº /2021 (Do Sr. Paulão)

Requer Audiência Pública com a participação do Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública, do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e do Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a fim de prestarem esclarecimentos sobre o edital de licitação MJSP de nº 03/21.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, II e V, da Constituição Federal e nos termos do art. 255 do Regimento Interno, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública, convidando o Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública, Senhor Anderson Gustavo Torres, o Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, e o Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, Senhor Alexandre Ramagem Rodrigues, para prestarem esclarecimentos sobre o edital de licitação de nº 03/21, do Ministério da Justiça.

JUSTIFICATIVA

Matéria do portal UOL, publicada hoje, 19/05/2021, e intitulada “Carlos Bolsonaro intervém em compra de aparelho espião e cria crise militar”¹, trouxe a público que, por influência do filho “02” do Presidente da República, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) não participaram das tratativas relacionadas com a contratação do programa de espionagem Pegasus, ferramenta cuja aplicabilidade interessa diretamente àqueles dois órgãos pela natureza de suas competências. A reportagem destaca que o edital de licitação de nº 03/21, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), no valor de R\$ 25,4 milhões, não

¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/19/briga-entre-militares-e-ps-bolsonaro-racha-orgaos-de-inteligencia.htm>





inclui órgãos oficiais de inteligência, como o GSI e a ABIN, diferentemente de editais semelhantes anteriores.

O Pegasus – descrito no edital como "solução de inteligência em fontes abertas, mídias sociais, *Deep* e *Dark Web*" – foi desenvolvido pela empresa israelense *NSO Group*, cuja representante no Brasil já teria apresentado oferta de R\$ 60,9 milhões no pregão. Contudo, a ala militar entende que o Pegasus possibilita a invasão de celulares e computadores sem indicar o responsável pelo acesso. De fato, o *software* já foi usado para espionar jornalistas e críticos de governos ao redor do mundo. Em 2017, o jornal *The New York Times* revelou que o Pegasus foi usado pelo governo do México para espionar ativistas contrários à gestão de Enrique Peña Nieto.

O histórico de uso não republicano, portanto ilegal, da ferramenta e a influência do vereador Carlos Bolsonaro no processo corroboram os indícios de que o governo Bolsonaro criou e mantém em funcionamento a chamada "Abin paralela", sob o comando do filho do Presidente. Em 2020, o Supremo Tribunal Federal precisou proibir o Ministério da Justiça de seguir elaborando dossiês sobre servidores que se declaravam antifascistas.

Agora, segundo fontes do UOL, o objetivo de Carlos Bolsonaro seria reduzir o poder dos militares na área de inteligência para usar não apenas o Pegasus, mas também outras estruturas do Ministério da Justiça e da Polícia Federal para expandir as atividades de espionagem paralela. Como o *software* funciona por meio de licenças (direitos individuais de acesso), o Ministro Anderson Torres compartilharia com Carlos Bolsonaro 155 das 249 licenças previstas no contrato. As 94 licenças restantes se destinariam ao Banco Central, ao Ministério Público Federal e a órgãos de 13 estados.

Nos termos regimentais (Art. 32, XV, f), compete a esta Comissão acompanhar atividades de informação e contra-informação além de outras atinentes à defesa. Proponho, dessarte, sejam convidados o Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública, delegado Anderson Gustavo Torres, o Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, e o Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, delegado Alexandre Ramagem Rodrigues, para prestarem esclarecimentos sobre o edital de licitação de nº 03/21, do MJSP, e a possível contratação do programa israelense Pegasus.

Peço o apoio dos nobres pares ao presente Requerimento.

Sala de Comissões, em _____ de maio de 2021.

**Deputado Paulão
(PT-AL)**





Requerimento (Do Sr. Paulão)

Requer Audiência Pública com a participação do Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública, do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e do Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a fim de prestarem esclarecimentos sobre o edital de licitação MJSP de nº 03/21.

Assinaram eletronicamente o documento CD217846393400, nesta ordem:

- 1 Dep. Paulão (PT/AL)
- 2 Dep. Rui Falcão (PT/SP)
- 3 Dep. Carlos Zarattini (PT/SP)
- 4 Dep. Zé Carlos (PT/MA)
- 5 Dep. Patrus Ananias (PT/MG)
- 6 Dep. Henrique Fontana (PT/RS)
- 7 Dep. Arlindo Chinaglia (PT/SP)
- 8 Dep. Perpétua Almeida (PCdoB/AC)

